

CAPÍTULO XIX

VIDA E TRABALHO: UMA DISCUSSÃO SOCIOAMBIENTAL DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/plan19>

Teresinha Maria Gonçalves - Unesc





VIDA E TRABALHO

Podemos considerar que o emprego dos tempos modernos ou dos tempos pós-modernos tem o mesmo significado para o homem dos primórdios da civilização? Ao arriscar a vida pela savana, na competição por alimentos com os animais, e, hoje, ao submeter-se a trabalhos penosos, o homem está desesperadamente lutando pela vida? O que será geração de emprego e o que será desenvolvimento? A questão do desenvolvimento restringe-se ao mero desenvolvimento econômico? O crescimento econômico destruiu e continua a destruir centenas de civilizações rurais e culturais, sem falar nos dilemas urbanos das cidades produzidas pela lógica do sistema capitalista de produção.

Quais são, hoje, os valores que se agregam à vida? A degradação da biosfera vem acompanhada da própria degradação humana, pois, ao interferir violentamente nos modos de vida das pessoas, produz um desequilíbrio psicossocial que vai refletir no processo de produção da subjetividade.

Parece que, no sul de Santa Catarina, na região carbonífera, para grande parcela da população, o valor que se agrega à vida é o emprego, este a qualquer custo, pois os ecossistemas locais são degradados com muita naturalidade. Guerra, Castilhos e Bidone (2000, p. 284) chamam a atenção para essa justificação do emprego a qualquer custo, dizendo “[...] o que é convencionalmente medido como renda ignora a deterioração do meio ambiente, seja como fonte de materiais, seja com receptor ou depositário de dejetos da atividade humana”. Um dos poucos rios preservados, o São Bento, no município de Siderópolis, na região carbonífera de Santa Catarina, cedeu sua vazão para uma barragem ligada ao abastecimento de água de Criciúma e mais alguns municípios da região. A cabeceira do rio Mãe Luzia, que ainda se encontra preservada, está sendo cogitada para uso de uma termelétrica, prevista para ser instalada na região. Essas questões, somente são discutidas como problemas ambientais nos fóruns populares de meio ambiente que acontecem na região, liderados por algumas ONGs. A poluição dos rios e a acidificação das águas, que fazem parte do cotidiano da população, parecem problemas já incorporados ao imaginário de grande parte de intelectuais e técnicos, parte de dirigentes e parte da sociedade criciumense.

A região de Criciúma é uma área crítica em termos de poluição ambiental. Na atualidade, apesar de toda a degradação socioambiental ocorrida, e ainda recorrente, as pesquisas da UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense) mostram que parte da população é a favor da indústria do carvão. O *slogan* “O importante é ter emprego” é muito forte na região, pois os problemas que esse emprego poderá trazer parecem nada pesar nas decisões individuais ou coletivas da sociedade regional.

O conflito socioambiental da região carbonífera de Santa Catarina, cuja cidade polo é Criciúma, estabelece-se ante a um questionável progresso, trazido pela exploração do carvão e pelas perdas socioambientais decorrentes dessa atividade econômica, que teve seu auge entre as duas guerras mundiais (1914-1945) e, em um segundo momento, nas décadas de 1970-1980 (GONÇALVES, 2002).

A mineração é uma atividade extremamente insalubre. Várias doenças acometem a população, notadamente a de baixa renda ou de nenhuma renda, como pneumoconiose, bronquite, rinite, artrite, lesões na coluna vertebral e nas articulações e inflamação dos tendões, devido às precárias condições de trabalho, com a presença de fumaça, pó, lama, umidade elevada, pouca ventilação e confinamento nos subterrâneos escuros.

O trem carvoeiro atravessa várias vezes a área central da cidade, com os vagões carregados de carvão e sem nenhuma proteção, projetando, no ar, partículas de materiais pesados. A

fuligem do carvão está nas cortinas das janelas e nos rostos das pessoas que moram próximo à via férrea.

Os amontoados de rejeitos de carvão, nos bairros da periferia da cidade, servem de local de brincadeiras das crianças. Com a umidade, os compostos químicos entram em autocombustão, sendo frequente a ocorrência de acidentes com crianças (queimaduras das pernas nas cinzas quentes, ingestão de material e gases tóxicos, etc.). As doenças respiratórias aumentam com essa umidade, pois os materiais particulados se condensam no ar, aumentando o risco de obstrução das vias aéreas.

Criciúma constitui-se, assim, em uma sociedade de risco; duplamente de risco, pois reflete o contexto da sociedade contemporânea, cuja vastidão do tema risco é assustadora, estando a vulnerabilidade socioambiental a ele associada. A sociedade de risco é, hoje, um assunto que afeta os vários domínios da ciência. Na percepção de Beck (2003), risco diz respeito ao futuro, sendo uma modalidade de relação com o futuro. Todavia, para o homem carvoeiro não existe futuro, apenas presente.

Há, assim, na cultura do carvão, um imediatismo quase desesperado pela criação de emprego. Essa ânsia manifesta-se tanto por parte dos desempregados e dos jovens da classe trabalhadora, ou da classe média, que conseguem seu diploma na Universidade local e querem ingressar no mercado de trabalho, quanto pelo grupo de mineiros, ou seja, trabalhadores das minas de carvão, que administram uma carbonífera e têm poder político na cidade, e ainda se estendendo aos empresários do carvão, que têm uma grande influência no governo federal. O carvão foi muito valorizado na segunda guerra mundial, mas embora esse tempo já tenha se passado, ainda se recorre a esse expediente para evidenciar a força do carvão.

A necessidade de preservação do emprego está acima do pavor da morte embaixo da mina. Na fala dos mineiros, a mina é um local onde a morte está sempre presente. Porém, apesar de tudo isso, o importante é ter emprego, independentemente da destruição que esse emprego possa trazer para a natureza e para si.

Concretamente, Criciúma é uma cidade de alto risco e vulnerabilidade socioambiental, cujos impactos, decorrentes da mineração do carvão, são evidentes. Esses se manifestam na cidade através de seus seis rios poluídos e um rio canalizado embaixo dela, que serve para o escoamento dos dejetos. A cidade não dispõe de um metro sequer de rede de esgotamento sanitário. Nela há ocorrências de chuvas ácidas, seu solo é degradado, sua fauna e sua flora estão comprometidas e grande parte de sua superfície urbana é sustentada pelos pilares das antigas minas. Além de todos esses problemas, as várias doenças que acometem a população, decorrentes da intensa degradação ambiental, tornam a problemática analisada ainda mais complexa.

Segundo UNESCO/IPAT (2000), a maioria da população da região de Criciúma percebe, como fonte de poluição, o carvão e as indústrias. Existe a possibilidade de que a poluição do carvão volte. Cogita-se a abertura de novas minas para a sustentação de mais uma usina termelétrica, além da já existente no município de Capivari de Baixo.

Segundo estudos da *Japan International Cooperation Agency* –JICA (1997), o Ministério do Meio Ambiente presidiu, na década de 90, o Comitê para elaborar um projeto de recuperação ambiental com o objetivo de recuperar 4,7 mil hectares em sete municípios do extremo sul catarinense. Ao mesmo tempo, em 2003, a Universidade do Extremo Sul Catarinense –UNESC realizou o relatório de Impacto Ambiental com vistas à instalação da Usina Termelétrica de Treviso. Esse verdadeiro paradoxo de se gastar dinheiro público para recuperar áreas degradadas (solo) e poluir o ar com as usinas termelétricas vem demonstrar que a região ainda tem presente a crença de ser o carvão o elemento impulsionador da economia. Uma das prioridades do Comitê era conseguir



a liberação de US\$ 750 mil, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e US\$ 96 mil, do Estado de Santa Catarina (JICA, 1997).

Como se vê, o movimento pró-carvão se insurge com grande euforia e busca o apoio do Governo Federal novamente. Dessa vez, o grupo reforça sua tese na geração de energia e do desenvolvimento, além da geração de emprego. O “fetichismo” do carvão os impede de pensar em outras alternativas de desenvolvimento, como indústrias mais limpas com eficientes programas de gestão ambiental, como, por exemplo, vestuário, turismo, entre outras. As jazidas de carvão são grandes e a tentação também. A região carbonífera conta hoje com 374.292 habitantes, estimativa (IBGE, 1995-1996). Estima-se que dez mineradoras empregam aproximadamente 2.500 pessoas.

Se a continuação da exploração da indústria carbonífera representa a possibilidade de emprego para a maioria da população pobre e desempregada, ao mesmo tempo que ganhos para os mineradores, por outro lado, preocupa os ambientalistas, parte dos profissionais ligados ao meio ambiente e parte da intelectualidade. Há que se considerarem os altos custos sociais e ambientais dessa indústria, em que pese à introdução de novas tecnologias para minimizar os efeitos nefastos.

TRABALHO E NEOLIBERALISMO

Não podemos deixar de ligar essa discussão com as feitas sobre a sociedade moderna e pós-moderna. Para tanto, referenciamos-nos nas discussões de Kumar (1997). Para ele, a modernidade e a pós-modernidade são conceitos controversos, e muito se discute sobre eles. Para alguns autores, como Jürgen Habermas (1990), por exemplo, a pós-modernidade nem existe. Beck (2003) fala de primeira e segunda modernidade, enquanto Kumar (1997) expõe que um novo começo infundiu um novo significado a velhos conceitos. Para esse autor, a Revolução Francesa de 1789 foi a primeira revolução moderna, pois ela transformou o conceito de revolução. Naquele momento, ela passou a significar a criação de uma coisa inteiramente nova, pois levou ao mundo uma nova era da história e marcou o nascimento da modernidade. Nessa perspectiva, a Revolução Francesa deu à modernidade sua forma e consciência características – uma revolução baseada na razão, cuja substância material lhe foi dada pela Revolução Industrial. É difícil separar o industrialismo da modernidade. Dessa forma, a modernidade não é só uma questão de ideias e atitudes, mas também uma questão de técnica, pois ela está ligada à revolução científica. Portanto, a modernidade se relaciona com o capitalismo, sistema social que dela decorreu. Kumar (1997) fala que a sociedade moderna é a sociedade industrial.

Estamos vivendo, segundo o autor, a sociedade pós-moderna, cujo arauto principal de suas ideias é o neoliberalismo. O ressurgimento do liberalismo hoje (neoliberalismo) dá-se num contexto bem diferente daquele do seu nascimento, embora os principais objetivos sejam os mesmos: abrir mercados, privatizar a propriedade e estender as relações comerciais por meio de uma ideologia de países capitalistas/imperialistas. Os países de desenvolvimento capitalista tardio resistiram ao liberalismo e optaram por políticas populistas de protecionismo nacional para salvaguardar suas indústrias emergentes e criar um mercado doméstico por meio do trabalho assalariado.

O ressurgimento do “neoliberalismo” é, segundo Peters (1998), uma resposta à crise do nacional populismo. Contudo, o neoliberalismo é semelhante em alguns pontos e diferente em outros do liberalismo clássico. Assemelham-se na defesa da ideia de **liberdade de mercado, do Estado Mínimo**, da desregulamentação do mercado, da derrubada de barreiras comerciais, da



livre circulação de bens, do trabalho e capital. O que os diferencia são o contexto e as estratégias. Na análise de Peters (1998), o liberalismo combateu as restrições pré-capitalistas; já o neoliberalismo combate o capitalismo, que se submete às influências do sindicalismo e o estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*).

Diferenciam-se, também, nos efeitos que ambos exercem sobre a estrutura social: o liberalismo estimulou o crescimento das cidades e dos complexos urbano-industriais; o neoliberalismo desfaz a complexa sociedade urbano-industrial, mercado doméstico e circuitos financeiros, exercendo um efeito devastador sobre a classe operária e sobre os camponeses. No entanto, Paulani (1999) lembra que a hegemonia do neoliberalismo, a qual ele mesmo se atribui, não é privilégio da fase contemporânea de sua existência. Desde o início, traz consigo essa ideia de inexorabilidade da sociedade de mercado.

Para o neoliberalismo, segundo Peters (1998), “[...] o mercado é o primeiro e último objetivo da história”. A liberdade, portanto, não é aquela apreendida pelo ideário da Revolução Francesa, mas sim a liberdade do mercado em nome da qual se deve lutar contra qualquer forma de intervenção. Como ficam as relações de trabalho nesse contexto? Com as inovações tecnológicas, grande parte dos postos de trabalho é substituída.

Há algumas décadas, vem ocorrendo, em nível mundial, um extraordinário avanço técnico-científico, trazendo consequências na organização da produção, construindo novos padrões industriais de acumulação do capital. O novo padrão industrial rompe com o sistema eletro-mecânico de produção e com a antiga organização fordista-taylorista, substituindo-as por um novo sistema de reprodução automatizado, com a ampla utilização dos computadores de alta tecnologia.

O novo padrão industrial tem como característica a substituição, cada vez maior, do “trabalho vivo” pelo “trabalho morto”, isto é, a redução da mão de obra operária por unidades produtivas automatizadas espalhadas pelo mundo. No Brasil, estamos vivendo, neste momento, o caso da montadora da Volkswagen que, em nome da modernização do sistema de produção editada pela sua matriz na Alemanha, demitiu 3.000 funcionários no mês de setembro de 2016. Para evitar mais demissões e até a ameaça de fechamento da fábrica, no desespero, esses 3.000 trabalhadores aceitaram a proposta das tais demissões incentivadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo globalizado, de forma instantânea, põe em circulação tanto a informação como o dinheiro e o poder. Por isso, impõe a destruição das barreiras representadas pelos estados nacionais. Dessa forma, o Estado Nacional Burguês, que, no início do capitalismo, foi a sua alavanca, hoje torna-se empecilho e entrave à globalização da economia. Ainda, as ideias neoliberais infundem e fomentam a sociedade de mercado como solução para os problemas da falta de trabalho. Por exemplo, em vez de ser um trabalhador, você pode ser um empreendedor e ter seu próprio negócio na construção da sociedade pós-industrial. Não é o princípio da colaboração que é evocado, mas o da competição, o progredir num mercado competitivo. O problema sai da instância do coletivo e vai para o estatuto individual, com consequências preocupantes no processo de construção da subjetividade. “*Se não consigo levar avante meu próprio negócio, sou um fracassado*”, frase muito ouvida hoje.

No universo da vida urbana, não apenas no Brasil, mas em grande parte das cidades do mundo, principalmente nas dos países pobres, descortina-se um panorama desolador: violência crescente, desvalorização da vida humana, corrupção desenfreada, completa falta de limites e de compromisso com o coletivo, falta de solidariedade, convivendo com a mais alta concentração de

renda. Diante desse panorama, segundo Damergian (2001), é quase impossível pensar em cidades com urbanidade e relações amorosas entre as pessoas, que levem à prática da solidariedade.

O desemprego é, ao mesmo tempo, um fantasma e uma presença que angustia e humilha aqueles que, incorporando o ideário da sociedade de mercado, acham que não tiveram a competência de conseguir ou de preservar o seu trabalho.

Em Criciúma, a situação complica-se à medida que estamos discutindo uma indústria extrativista para fomento da produção de energia. O carvão, um combustível fóssil não recomendado e sem futuro, sob o ponto de vista ambiental, além da degradação socioambiental que produz, é uma atividade temporária na medida em que as minas têm tempo determinado de existência. Por ser uma indústria extrativista, a atividade é encerrada quando terminam os veios de carvão, bem como o emprego. Fim do emprego e início de mais uma quantidade de problemas socioambientais: degradação do solo, ar mais poluído, perda de matas e terras para a agricultura, desemprego e mais pessoas doentes.

Mas afinal, de que viveremos? Precisamos de emprego que nos garanta as condições de nos mantermos vivos. Não apenas biologicamente vivos, mas vivos enquanto seres humanos. Com uma fonte de criatividade dentro de nós; com subjetividade integrada que nos permita mudar a realidade, modificar a situação atual e projetar um futuro em que o trabalho seja a fonte de vida e não o abreviamento dela. Que chances de vida tem o trabalhador brasileiro? Os autores Kadu e Tasca (1993) entendem que as chances de vida estão relacionadas à probabilidade que as pessoas têm, ou não, de satisfazer suas necessidades, sendo que essas não dependem de fatores genéticos e biológicos, mas da estrutura social, especialmente da distribuição de bens. Diríamos que as chances de viver dependem da qualidade de vida.

A noção da qualidade de vida surge num momento em que a massificação do consumo, a concentração da riqueza e a degradação ambiental convergem para o empobrecimento das maiores e para as limitações do Estado, para prover os serviços básicos a uma população crescente, marginalizada pelos circuitos da produção e do consumo. Surge, com toda força, no âmbito do trabalho, tentando responder a uma pergunta renitente: vivemos para trabalhar ou trabalhamos para viver? A discussão, principalmente nos países pobres ou emergentes, como muitos querem nominar, é sobre a geração de empregos. Sobre a qualidade do emprego pouco se discute, especialmente se ele é fonte de vida ou de saúde. As condições em que o trabalho é realizado nos centros urbanos, o estresse a que todos são submetidos no seu trabalho desde os mais altos postos na hierarquia do sistema de produção neoliberal até os postos do trabalho informal são extremamente estressantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo**. São Paulo: UNESP, 2003.

BIDONE, Edison Dausacker; CASTILHOS, Zuleica Carmen; GUERRA, Teresinha. Integração dos estudos através de uma abordagem (sócio)econômico-ambiental. In: CENTRO DE ECOLOGIA – UFRGS. **Carvão e meio ambiente**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

DAMERGIAN, Sueli. A construção da subjetividade na metrópole paulistana: desafio da contemporaneidade. In: TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira (Org.). **Panoramas Interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2001.

GONÇALVES, Teresinha Maria. **O processo de apropriação do espaço através dos modos de morar e habitar o lugar**: Uma abordagem psico-sócio-Ambiental do Bairro Renascer/Mina Quatro de



Criciúma – SC. 2002. 261p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estimativa oficial de 1995-1996**.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY – JICA. **Feasibility study on recuperation of mined-out areas in the South Region of Santa Catarina in the Federative Republic of Brazil**. Japão, 1997.

KADT, Emanuel de; TASCA, Renato. **Promovendo a equidade: um novo enfoque com base no setor da saúde**. São Paulo: Hucitec, 1993.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, n. 13, p. 1-201, dez. 1999.

PETERS, E. D. México liberalization strategy: 10 years on. **Journal of Economic Issues**, v. XXXII, n. 2, Jun. 1998.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC. Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas - IPAT. **Relatório de impacto ambiental com vistas à instalação da Usina Termelétrica de Treviso-SC**. Criciúma: UNESC, 2003.

_____. Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas - IPAT. **Diagnóstico de Saúde da Região Carbonífera de Santa Catarina e da Região do Extremo Sul Catarinense**. Criciúma: UNESC, 2000.